

85  
85

**Habeas Corpus nº:** 0004580-40.2014.8.17.0000 (0334300-6)  
**Comarca Origem:** 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital  
**Impetrante:** Diógenes Almeida  
**Paciente:** Paulo César da Silva Agostinho  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**EMENTA**

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE CONDENADO PELO JÚRI DE CAPITAL. DECISÃO DE DESAFORAMENTO DE AMARAJI PARA RECIFE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NO JULGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.**

1. Não procede a alegação de nulidade no julgamento se restou decidido pelo desaforamento para a Capital, local em que o ato questionado restou realizado.

2. Tanto nos casos de nulidade relativa quanto nos casos de nulidade absoluta, o reconhecimento de vício que enseje a anulação de ato processual exige a efetiva demonstração de prejuízo ao acusado, à luz do art. 563 do Código de Processo Penal (pas de nullité sans grief).

3. Ordem denegada, à unanimidade de votos.

My

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0334300-6, em que figura como impetrante Diogenes Almeida e como paciente **Paulo César da Silva Agostinho**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem do presente habeas corpus**, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 11 de junho de 2014.



**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**

**Habeas Corpus nº:** 0004580-40.2014.8.17.0000 (0334300-6)  
**Comarca Origem:** 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital  
**Impetrante:** Diógenes Almeida  
**Paciente:** Paulo César da Silva Agostinho  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

## RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus** impetrado por Diógenes Almeida, em favor de **Paulo César da Silva Agostinho**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital (proc. nº. 0133983-35.2009.8.17.0001).

O impetrante assevera que o paciente foi pronunciado para ser submetido a júri na comarca de Amaraji, conforme regra de competência do local do crime (art. 70, CP), sendo que, antes, o Ministério Público pediu o desaforamento do feito para uma comarca que tivesse condições de realizar o julgamento, não fazendo qualquer referência para que ocorresse em Recife.

Destaca que, na ocasião, a PGJ ofertou parecer no mesmo sentido do Ministério Público, opinando 'pelo deferimento do presente pedido de desaforamento do Júri da Comarca de Amaraji para a comarca mais próxima da região'.

Com relação ao resultado do pedido desaforamento, relata que, embora conste, equivocadamente, na ementa da decisão a necessidade de

transferência do julgamento para a comarca do Recife, também consta, no mesmo *decisum*, a transferência para a comarca de Gravatá (fls. 19/20).

Sustenta, então, que não pode o Ministério Público pedir que o paciente seja julgado em comarca mais próxima, no caso, Gravatá, o acórdão deferir o desaforamento para Gravatá, e o paciente terminar sendo julgado e condenado pelo Juízo de Direito do 2º Tribunal do Júri do Recife, restando condenado à uma pena de 14 anos de reclusão.

Defende que a hipótese é de julgamento inexistente, porque lavrado por juízo absolutamente incompetente, tratando-se de nulidade absoluta, de vício insanável.

Alerta que há entendimento no sentido de que quando a ementa diverge do corpo do acórdão prevalece este.

Requer, assim, o deferimento da ordem, para que, reconhecendo que o paciente foi julgado e condenado por juízo absolutamente incompetente, se anule o julgamento realizado na 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, de forma que os autos sejam remetidos à comarca de Gravatá, onde o paciente terá garantido um *veredicto* justo e imparcial.

Juntou os documentos de fls. 06/32.

Informações prestadas às fls. 48.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem**.

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 11 de junho de 2014.



**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**

**Habeas Corpus nº:** 0004580-40.2014.8.17.0000 (0334300-6)  
**Comarca Origem:** 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital  
**Impetrante:** Diógenes Almeida  
**Paciente:** Paulo César da Silva Agostinho  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO**

Conforme relatado, pretende o impetrante o deferimento da ordem, para que, reconhecendo que o paciente foi julgado e condenado por juízo absolutamente incompetente, se anule o julgamento realizado na 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, de forma que os autos sejam remetidos à comarca de Gravatá, onde o paciente terá garantido um veredicto justo e imparcial.

**DA SUPOSTA NULIDADE NO JULGAMENTO REALIZADO PELA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL APÓS DECISÃO DE DESAFORAMENTO DO FEITO**

Imperioso esclarecer, de início, que embora o impetrante afirme que o acórdão deferiu o desaforamento para Gravatá, mas o julgamento terminou ocorrendo em Recife, a realidade é que consta na ementa da decisão de fls. 19 a '**TRANSFERÊNCIA DO JULGAMENTO PARA A COMARCA DE RECIFE**'; consta no acórdão (fls. 20) que: '**ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimanente, em deferir o pedido formulado pelo Ministério Público, transferindo o julgamento do réu para a Vara**

NY

do Tribunal do Júri da Comarca de Recife Capital'; consta no Termo de Julgamento de fls. 28 que 'DEFERIU-SE O PEDIDO DE DESAFORAMENTO PARA QUE O JULGAMENTO SEJA REALIZADO NA COMARCA DO RECIFE, EM UMA DAS VARAS DO JÚRI'; assim como consta no voto do revisor, de fls. 69, 'o deferimento do pedido de desaforamento, com o deslocamento da competência do feito para uma das varas do Tribunal do Júri da Comarca da Capital'.

Portanto, apenas por isso, já se observa que **não procede a alegação de nulidade posta na inicial, vez que restou decidido pelo desaforamento para a Capital.**

Ademais, como pontuado no parecer do Ministério Público (fls. 74), 'embora o impetrante aponte contradições nos documentos colacionados, tem-se que o presente pleito deveria ter sido apresentado em momento oportuno não sendo possível alegar qualquer prejuízo na presente fase processual, notadamente porque as nulidades ocorridas antes do julgamento em plenário devem ser arguidas tão logo a parte tenha oportunidade de se pronunciar, sob pena de preclusão, nos termos do artigo 571, V, do Código de Processo Penal'.

A tese levantada na exordial da presente medida, de que a hipótese é de nulidade absoluta e insanável, também não merece prosperar, eis que, na verdade, como já se manifestou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **a competência em razão do lugar da infração, que, in casu, terminou sendo desaforada de Amaraji para Recife, é relativa.**

Sobre a questão, verifico julgado:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. 1. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. NULIDADE RELATIVA. 2. DOCUMENTOS QUE INDICAM TER A INFRAÇÃO SE CONSUMADO NA COMARCA DE ITU. PEDIDO DE MODIFICAÇÃO PARA A COMARCA DO DOMICÍLIO DO RÉU. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE APROFUNDADO EXAME DE PROVAS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 3. RECURSO IMPROVIDO. 1. No processo penal, as regras que presidem a atribuição territorial de competência consideram como foro comum o lugar da consumação da infração penal, em razão das maiores facilidades na coleta do material probatório disponível, bem como de sua produção em juízo, buscando-se otimizar o

funcionamento da máquina judiciária e preservar o interesse público. O domicílio ou residência do réu somente determinará a competência quando não for conhecido o lugar da infração, ou, sendo ele conhecido, tratar-se de ação penal privada. 2. Na espécie, os autos apontam indícios de que o crime se consumou na comarca de Itu, esclarecendo o Tribunal de Justiça de São Paulo que o acusado trabalhava em empresa localizada no endereço descrito na denúncia - localidade em que obteve a posse dos valores indevidamente apropriados -, destacando, outrossim, que, pelas cópias referentes aos extratos bancários, constam depósitos efetuados em nome da esposa do recorrente em agência situada na mencionada comarca. Para se chegar a conclusão diversa, seria necessário o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é vedado na via eleita. Precedentes. 3. **A competência em razão do lugar da infração é relativa e deve ser alegada por via de exceção, no prazo do oferecimento das alegações preliminares, na forma do disposto no art. 108 do Código de Processo Penal, sob pena de prorrogação da competência. Além disso, eventual nulidade do processo só ficaria reconhecida diante da comprovação do prejuízo sofrido pelo recorrente, hipótese não demonstrada nos autos.** 4. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC 29.312/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 18/04/2013)

Ressalte-se que, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **tanto nos casos de nulidade relativa quanto nos casos de nulidade absoluta, o reconhecimento de vício que enseje a anulação de ato processual exige a efetiva demonstração de prejuízo ao acusado, à luz do art. 563 do Código de Processo Penal (pas de nullité sans grief), o que não foi observado pelo impetrante, já que este se limitou a apontar falhas na decisão do desaforamento.**

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. RESSALVA DO ENTENDIMENTO PESSOAL DA RELATORA. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E AO DISPOSTO NO ART. 188 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PLEITO DE ANULAÇÃO DE DUAS AUDIÊNCIAS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA. 1. (...) 5. Não obstante, a

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior é uníssona no sentido de que, **tanto nos casos de nulidade relativa quanto nos casos de nulidade absoluta, o reconhecimento de vício que enseje a anulação de ato processual exige a efetiva demonstração de prejuízo ao acusado, à luz do art. 563 do Código de Processo Penal (pas de nullité sans grief)**. Na hipótese dos autos, não é possível atender ao ato postulatório defensivo, pois não houve a demonstração de que eventual mácula ocorrida nas audiências em questão tenha trazido prejuízo à defesa do acusado. 6. Verifica-se, de plano, que os interrogatórios tomados na primeira audiência que se pretende invalidar em nada incriminam o Paciente, sendo, portanto, irrelevante para fins defensivos a determinação de repetição do ato instrutório. 7. (...) 10. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 238.659/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 29/05/2014)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DISPENSA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS. AUSÊNCIA DE PROTESTO DA DEFESA. ALEGAÇÃO REALIZADA POSTERIORMENTE À EMISSÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. **ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO JÚRI. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF.** INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PLENITUDE DE DEFESA. RECURSO DESPROVIDO. 1. (...) 2. **Na hipótese, observa-se que a nulidade apontada pelo Recorrente não pode ser sanada no âmbito do presente recurso, pois foi alegada após o decurso de mais de três anos desde a Sessão do Tribunal do Júri, ocorrida em 29 de setembro de 2009, o que corrobora a preclusão da matéria.** 3. **Alegação genérica de nulidade, desprovida de demonstração do concreto prejuízo, não pode dar ensejo à invalidação da condenação. É imprescindível a demonstração de prejuízo, pois o art. 563 do Código de Processo Penal positivou o dogma fundamental da disciplina das nulidades pas de nullité sans grief.** 4. Não há nulidade na ausência de oitiva de testemunha, durante a instrução em Plenário do Júri, quando não se comprova documentalmente ter sido a testemunha arrolada com cláusula de imprescindibilidade. 5. Recurso ordinário desprovido. (RHC 40.368/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 04/12/2013)

Vale registrar, ainda, por oportuno, que a questão ora levantada – suposta nulidade no desaforamento – não foi suscitada no recurso de apelação nº. 0224257-5; e que já consta informações do não provimento do apelo



*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

interposto (fls. 49), do improvimento de um agravo regimental interposto contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco que inadmitiu o processamento de recurso especial (fls. 55), assim como de rejeição dos embargos de declaração no agravo regimental (fls. 56).

Com tais considerações, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**